



Maio teve mudança em foro por prerrogativa e alterações na CLT



Enquanto o Congresso ainda ensaia emenda constitucional para mudar

regras sobre o foro por prerrogativa de função, o Supremo Tribunal Federal se antecipou mais uma vez e, em maio, [restringiu o alcance da regra](#) para parlamentares federais.

Todos os ministros foram a favor de limites, mas surgiram três correntes no Plenário. Por maioria, o colegiado seguiu o voto do relator, ministro Luís Roberto Barroso, para quem deputados e senadores somente devem responder a processos criminais no STF se os fatos imputados a eles ocorrerem durante o mandato, em função do cargo. No caso de delitos praticados antes disso, o parlamentar deve ser processado pela primeira instância da Justiça.

A corte terminou no dia 3 um caso que durou dez anos, com vários vaivéns judiciais, envolvendo um prefeito e ex-deputado (AP 937). Já no dia seguinte, o ministro Dias Toffoli aplicou o entendimento ao [enviar para as instâncias ordinárias](#) seis ações penais de sua relatoria.



Maio de 2018

- 8/5 [Ex-ministro Geddel Vieira Lima vira réu no STF por lavagem de dinheiro](#)
- 9/5 [Temer envia ao Congresso nova lei de falência e recuperação judicial; CLT passa a obrigar que parte perdedora pague honorários de intérprete judicial](#)
- 10/5 [Não existe prerrogativa de foro para ações de improbidade, decide STF](#)
- [Governo diz que reforma trabalhista vale para contratos firmados antes da lei; Para STJ, empresa de](#)
- 15/5 [transporte responde por assédio sexual de passageiro; STJ reconhece a validade de contratos digitais para execução de dívida](#)
- 16/5 [Em relatório, comissão do TST afirma que reforma trabalhista não pode retroagir; STF derruba lei e permite que rádios comunitárias veiculem discurso doutrinário](#)
- 17/5 [Supremo reduz para 6% juros compensatórios em desapropriações](#)
- 22/5 [TSE equipara distribuição de fundo eleitoral à cota de candidatas por partido; Paulo Maluf é condenado no STF por falsidade ideológica](#)
- 23/5 [Supremo rejeita pedidos de modulação sobre validade do Funrural](#)
- 28/5 [PGFN altera portaria sobre penhora administrativa e adia início da vigência](#)
- 29/5 [DIT classifica reforma trabalhista brasileira como violadora de direitos](#)
- 30/5 [Medida provisória prorroga para 30 de outubro adesão ao Refis do Funrural](#)

Novo capítulo da reforma

Por meio de uma [portaria do Ministério do Trabalho](#), o governo federal restabeleceu em maio regras sobre contratação de autônomo e trabalho intermitente que estavam previstas na Medida Provisória 808. A norma foi criada para ajustar pontos da reforma trabalhista, mas perdeu a validade sem passar pelo Congresso.

O texto da portaria copia trechos da MP sobre contratação de autônomos e de empregados com jornada flexível. À época, o ministério afirmou que a nova regra proporciona segurança jurídica, enquanto [especialistas ouvidos pela ConJur](#) divergiram sobre a validade.

Paralisação nas estradas

As manifestações de caminhoneiros que paralisaram rodovias e fizeram combustíveis sumir dos postos em maio também atingiram o Poder Judiciário. [Tribunais de todo o país suspenderam](#) expedientes e prazos processuais, e uma série de liminares proibiu o bloqueio total de determinadas vias, a pedido da Advocacia-Geral da União, de concessionárias e da Prefeitura de São Paulo.

Reprodução



Paralisação de caminhoneiros em maio prejudicou funcionamento dos tribunais
Reprodução

O governo federal chegou a anunciar acordo com caminhoneiros no dia 24, para uma trégua de 15 dias na greve. No entanto, a paralisação continuou no dia seguinte, sendo justificativa para o presidente Michel Temer (MDB) assinar decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), dando [poder de polícia às Forças Armadas](#).

Sem grandes mudanças no cenário, o governo federal então seguiu dois caminhos para tentar conter a paralisação. Na área mais branda, decidiu [congelar por 60 dias a redução](#) do preço do diesel na bomba em R\$ 0,46 por litro; divulgou [tabela com preços mínimos para o frete](#) no Brasil e sancionou lei sobre a [reoneração da folha de pagamento](#) de empresas de 28 setores econômicos.

Já pela via judicial, a Advocacia-Geral da União conseguiu decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, determinando que as transportadoras com trabalhadores em greve [paguem R\\$ 141 milhões pelo descumprimento da medida liminar](#) concedida por ele em 25 de maio para desbloquear rodovias.

Gravação de audiências

No mesmo mês, a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça [anulou todo o andamento de um processo desde as audiências de instrução](#) porque elas não foram gravadas. O juízo de primeiro grau, mesmo tendo acesso ao sistema audiovisual, preferiu não utilizá-lo, alegando que a gravação é apenas uma escolha.

A Defensoria Pública do Rio de Janeiro apontou ofensa ao artigo 405 do Código de Processo Penal, e o relator, ministro Ribeiro Dantas, considerou que a expressão “sempre que possível” do dispositivo significa que o registro de depoimento por meio do método tradicional só pode ser admitido se a ferramenta audiovisual não estiver disponível.

Spacca





O advogado **Thiago Sombra**, [em entrevista à ConJur](#) em maio, explicou os impactos da nova lei europeia de proteção de informações digitais: a Regulação Geral de Proteção de Dados (conhecida como GDPR, na sigla em inglês).

A principal mudança, segundo ele, é que os internautas deverão dizer às empresas quais dados autorizam que sejam armazenados e a forma com que podem ser usados — a fórmula da autorização passiva, vigente até agora, não é mais permitida na Europa nem para empresas de fora do continente que tenham clientes e usuários no continente.

Leia outras entrevistas:

***Neves Amorim**, desembargador aposentado do TJ-SP: ["Estado que não negocia soluções não tem perspectiva de se tornar sério"](#)

***André Campello**, autor do *Manual Jurídico da Escravidão*: ["A escravidão exigia um instituto jurídico para manter milhões subjugados"](#)

***Carlos Eduardo Cauduro Padin**, presidente do TRE-SP: ["Autofiscalização entre candidatos reduz ameaça de fake news às eleições"](#)

***Robert Appleton**, ex-procurador do DoJ e consultor: ["'Lava jato' começou como papo de corredor que se tornou convite da PF ao FBI"](#)

Date Created

24/12/2018